ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – AMPLANORTE
Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC
CNPJ: 83.244.954/0001-77

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE AMPLA SELEÇÃO Nº 001/2019

Processo nº 01/2019
Tipo: Menor Preço por item
Data: 05/02/2019 Protocolo dos envelopes até 09h00, abertura as 09h05
Local: Sala de Reuniões da AMPLANORTE

1 . PREÂMBULO

1.1 A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense de direito privado, através da sua resolução nº 003/2017 publicada no dia 21/12/2017, instituindo o regulamento de compras, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar o processo administrativo de seleção AMPLA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por finalidade aquisição dos itens especificados no Anexo I deste edital.

1.2 O edital de ampla seleção não tem como base a Lei 8.666 das licitações, sendo que possui uma resolução própria de contratação.

1.3 Fazem parte do presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência, (especificações);
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO III – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
ANEXO IV – Declaração de Inexistência de Empregados Menores;
ANEXO V - Minuta do Contrato;

2. DO OBJETO

2.1 Aquisição de combustível (gasolina e etanol), destinados a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense, conforme quantidades e especificações constantes no anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

2.2 As quantidades constantes do ANEXO I são estimativas para consumo, não obrigando a associação à aquisição total.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar do presente processo, as empresas regularmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital;
3.2 As empresas deverão participar isoladamente, não sendo permitidos consórcios;
3.3 A participação no processo, implica na aceitação inconteste de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1 - Só poderá deliberar em nome do proponente, formulando ofertas e/ou lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, o **representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento junto à sede do responsável, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente que possua foto.**
4.2 - **O credenciamento de que trata o subitem anterior deverá ser entregue separado dos envelopes de "Proposta" e "Documentos de Habilitação".**
4.3 - Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma empresa.

5. DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
5.1 - No dia, horário e local previstos no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os credenciamentos, na forma do item 4 (quatro) deste edital.
A sessão pública será aberta pelo Responsável, sendo recebidos:
a) 01 (um) envelope lacrado, contendo a **PROPOSTA FINANCEIRA (ENVELOPE 01)**;
b) 01 (um) envelope lacrado, contendo a **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02);**
c) 01 (um) envelope lacrado, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 03);**

5.1.1. A **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope 02)** mencionada no item anterior, refere-se a apresentação de uma Declaração em papel timbrado da Empresa, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos da Habilitação;
5.1.2 - Não será aceita, em qualquer hipótese a participação de:
a) retardatário, a não ser como ouvinte;
b) que não apresentar a **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope 02);**
5.2 - Após declarada aberta a sessão pelo responsável, não serão admitidos novos proponentes, que receberá os envelopes contendo, em separado, as propostas comerciais e os documentos relativos à habilitação, procedendo, em seguida a abertura dos envelopes contendo as propostas.
5.2.1 - Aberto o envelope contendo a proposta, o responsável examinará a sua conformidade, consistindo na conferência, análise e classificação em confronto com o objeto e exigências do Edital.
5.2.2 - Em seguida procederá ao julgamento e classificação das propostas nos moldes do item 12 do presente Edital.
5.3 - Não será admitida complementação de documentos posteriormente à sessão.
5.4 - Todos os atos desenvolvidos na sessão serão reduzidos em ata, que deverá ser assinada por todos os presentes.
5.5 – O envelope contendo a declaração de habilitação deverá ser entregue contendo em sua face externa os seguintes dizeres:
A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLANORTE
PROCESSO Nº 001/2019
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ DA EMPRESA
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº. 02

6. DA PROPOSTA FINANCEIRA – ENVELOPE Nº. 01

6.1 - As propostas deverão preencher os seguintes requisitos:

a) Ser impressa em papel timbrado da empresa, escrita em português, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, devidamente datada e assinada, como também rubricadas em todas as suas folhas;

b) Consignar, em moeda nacional, o preço unitário e total do item cotado, em algarismo e/ou por extenso;

c) Deverá ter todas as informações necessárias a perfeita identificação do bem proposto, tais como marca, família, modelo e outras.

c) Em caso de divergência entre os valores unitário e total, será considerado o primeiro e, entre o expresso em algarismo e por extenso, será considerado este último;

d) Declarar o prazo de **validade da Proposta, que deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias**.

e) Fazer menção ao processo e conter a razão social da empresa, o CNPJ, número de telefone e de fax e e-mail, se houver, além do respectivo endereço e a **indicação do banco e agência e respectivos códigos e número da conta para efeito de emissão de autorização de pagamento** (sem que a ausência gere desclassificação);

f) Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Responsável;

g) A apresentação da proposta implica na aceitação pelo representante:

I - do prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da mesma.

II - do prazo de pagamento de 10 (dez) dias após o fechamento do mês , com a nota fiscal equivalente que deverá ser emitida após a realização dos serviços.

6.2 - As propostas deverão ser entregues no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado, contendo os seguintes dizeres:

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNCÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLANORTE
PROCESSO Nº. 001/2019
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ DA EMPRESA
PROPOSTA FINANCEIRA - ENVELOPE Nº 01

7. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 - Não será considerada proposta que contiver qualquer vantagem não prevista neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N. º 03

8.1 - A documentação deverá ser entregue no local, dia e hora indicado no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado, rubricado, contendo os seguintes dizeres:

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNCÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLANORTE
PROCESSO Nº. 001/2019
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ DA EMPRESA
DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE 03

8.2 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em cópia autenticada ou cópia simples; neste caso, mediante a apresentação dos originais para conferência pelo Responsável e sua equipe de apoio.

8.2.1-Se o representante for a **matriz,** todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz;

8.2.2-Se a representante for a **filial,** todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, quanto a Certidão de Regularidade do FGTS, quando a representante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, **deverá apresentar o documento comprobatório de autorização para centralização;**

8.2.3-Se a representante for a **matriz** e o fornecedor do bem for a **filial,** os documentos deverão ser apresentadas com o número de CNPJ da **matriz e filial,** simultaneamente;

8.2.4-Serão dispensados da apresentação de documentos com o CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz.**

8.3 - Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.4 - Regularidade Fiscal:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da representante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual ou Alvará de localização;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e da Dívida Ativa da União;

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Prova de Regularidade para com Fazenda Municipal;

f) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

g) Prova de Regularidade com Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943. (Exigência constante no inciso V do artigo 29 da Lei Federal 8.666/93 e alterações anteriores).

Observação 1: A partir do dia 20 de outubro de 2014, as certidões que fazem prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, serão unificadas e disponibilizadas em um único documento. A unificação das Certidões Negativas está prevista na Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014.

8.5 - DECLARAÇÕES

8.1 - **Do cumprimento do Art. 7º da Constituição Federal**

Declaração, coforme modelo anexo IV de que a proponente não possui em quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de (14) quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

8.1.2 - **Declaração de inexistência de fatos impeditivos,** conforme modelo constante no anexo III deste edital.

8.6 – Todos os documentos passíveis de vencimento deverão conter seus prazos de validade. Para os documentos passíveis de vencimento, que eventualmente não contenham prazo de

validade, será considerado, excepcionalmente, o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua expedição.

8.7 - As certidões ou informações obtidas por meio eletrônico só terão validade depois de confirmadas pela associação. A empresa que inserir certidões tidas como falsas serão remetidas aos Ministérios Públicos respectivos para as providências legais cabíveis.
8.8 - Ocorrendo dificuldade de acesso por meio eletrônico, o processo prosseguirá na fase de habilitação, decidida esta, quando efetivada a comprovação da autenticidade do documento pelo sistema;

9 - DA SESSÃO

9.1 - A sessão será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste edital, sendo recomendável a presença dos participantes 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura. Após a abertura da sessão, não serão mais admitidos novos proponentes, e o processo desenvolver-se-á conforme segue:
9.1 - Identificação e credenciamento de um representante por empresa, que deverá apresentar:
9.2.1 - Carteira de identidade;
9.2.2 - Instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o Responsável e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da empresa representada, no caso de sócio da empresa, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
9.2.3 - Os documentos de credenciamento passarão a compor o processo;
9.4 – Recebimento da Declaração de habilitação e dos envelopes "Proposta" e "Documentos de Habilitação";
9.5 - Abertura dos envelopes "proposta" e leitura, em voz alta, dos preços cotados;
9.6 - Análise, desclassificação das propostas que estejam em desacordo com o solicitado no Edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido;
9.7 - Indicação dos representantes que participarão da rodada de lances verbais;
9.7.1 - Da rodada de lances verbais participaram todos aqueles que cumpriram os requisitos para habilitação;
9.7.2 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 9.7.1, participarão da rodada de lances verbais as empresas detentoras das três melhores propostas, quaisquer que tenham sido os preços oferecidos;
9.8 - A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Responsável considerar necessário;
9.8.1 – O concorrente, após convocado pelo responsável, terá que oferecer seu lance em no máximo 05 (cinco) minutos;
9.8.3 – O Responsável, a seu critério, poderá permitir a comunicação dos concorrentes com terceiros, através de telefone celular;
9.8.4 - A convocação para a oferta de lances, pelo Responsável, terá como referencial os valores ofertados, iniciando-se com a empresa detentora da proposta com o maior preço global do lote e finalizando com a representante que ofereceu o menor preço unitário, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço unitário. O primeiro lance verbal da sessão deverá cobrir o valor da proposta escrita de menor preço unitário. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o qual definirá a seqüência dos lances seguintes;
9.8.5 - O concorrente que não apresentar seu lance na forma indicada no subitem anterior, quando convocado pelo Responsável, será excluído da etapa de lances verbais e será mantido o último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas;
9.9 - Ordenamento das empresas por menor preço;

9.9.1- Neste processo será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 44 da Lei Complementar 123 de 14/12/2006).

9.9.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço (§ 1º do Art. 44 da Lei Complementar 123 de 14/12/2006).

9.9.1.2 Ocorrendo o empate, previsto no item 15.8.1 deste edital, proceder-se-á da seguinte forma (Art. 45 da Lei Complementar 123 de 14/12/2006):

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto l;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 12.9.1.2 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.9.1.3 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.9.1.4 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.10 - Análise da proposta de menor preço, devendo o Responsável decidir sua aceitabilidade de acordo com a compatibilidade com os preços de mercado.

9.11 - Negociação direta com o proponente de menor cotação, para a obtenção de melhor preço, se for o caso;

9.12 - Verificação das condições de habilitação do representante que apresentar a proposta de menor preço, passando para a análise da subseqüente, observada a ordem de classificação, caso o primeiro não atenda às exigências editalícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido;

9.12.1 **-** Na análise das condições de habilitação será considerado o disposto no item 14.11 deste edital.

9.13 - Aclamação do representante vencedor;

9.14 - Vistas e rubricas, pelo responsável, pela equipe de apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes;

9.15 - Manifestação dos demais representantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

9.16 - Adjudicação do objeto ao vencedor;

9.17 - Fechamento e assinatura da ata da reunião pelo Responsável, pela equipe de apoio e pelos representantes dos representantes;

9.18 - Devolução dos envelopes "documentos de habilitação" dos representantes remanescentes, que ficarão retidos até a emissão da autorização de fornecimento;

9.19 - No caso da sessão em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Responsável e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

10. DO PREÇO FINAL

10.1 - O preço final a ser praticado pela representante no fornecimento dos produtos será o menor lance oferecido pela vencedora na fase de lances, registrado no histórico do processo(lances/lote), assinado pelo responsável e representante.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias de cada mês subsequente a contar da data liquidação da nota fiscal e a devida liquidação, de execução dos serviços.

12. RECUSA DA CONTRATAÇÃO

12.1 - Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:
a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto do processo.
c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;
12.2 – A AMPLANORTE, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e conseqüente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.
12.3 - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter (em) os fatos, por escrito a AMPLANORTE, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

13. DAS PENALIDADES E MULTAS

13.1 – O concorrente que provocar retardamento da execução do certame, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos.
13.2 - De acordo com o estabelecido no Estatuto Federal das Licitações e Contratos a representante adjudicatária ficará sujeita as seguintes penalidades:
13.2.1 - Advertência nos casos de ocorrência de problemas de pequena monta ao Contratante;
13.2.2 - Multa de **2% (dois por cento),** incidente sobre o valor total do empenho, ou de seu remanescente nas hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto; no caso dos serviços não estarem em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo I.
a) No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de **10%** (dez por cento) do valor total da aquisição ou do valor referente à quantidade de mercadorias em atraso;
b) O prazo para defesa-prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;
c) Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação da sanção;
d) As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Consórcio e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o representante deverá ser descredenciado por igual período.

14. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.
14.2 - A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
14.3 - Qualquer representante poderá recorrer dos atos praticado pelo Responsável, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.
14.3.1 - A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Responsável conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
14.4 - O recurso contra decisão do Responsável terá efeito suspensivo.
14.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
14.6 - Se não reconsiderar a sua decisão o Responsável submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.
14.7 - Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Setor de Protocolo, endereçadas o Responsável.
14.8 - Os autos permanecerão desde logo com vistas franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

15. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

15.1 O preço do valor registrado não sofrerá qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente termo.
15.2 O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o EQUILÍBRIO ECONOMICO dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo indispensável o encaminhamento da nota de compra do combustível que embasa o pedido e ainda; Que em nenhuma hipótese será admitida qualquer recomposição em valor acima ao Valor de Refêrencia para o combustível no Município de Mafra estabelecido pela ANP, ou o Preço praticado na Bomba pelo estabelecimento, caso este seja inferior ao Preço de Referência da ANP Deverá obrigatoriamente, o interessado encaminhar declaração, com o Preço praticado em suas bombas quando do pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro, para que seja verificada em qual hipótese eventualmente se enquadrará seu pedido. Até a decisão final da AMPLANORTE, a qual deverá ser prolatada em até 30 dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor, sob pena de aplicação de multa de 10% do valor total contratado.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Quaisquer esclarecimentos adicionais e itens deste Edital por ventura duvidosos poderão ser obtidos pelo fone (47) 3642-0665, até dois dias úteis antes da data marcada à reunião, destinada ao recebimento dos envelopes "Documentos de Habilitação" e "Proposta Financeira".
16.2 - Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a

apreciação das propostas, não cabendo aos representantes direito a qualquer reclamação posterior.

16.3 - O responsável poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão independente da equipe de apoio;.

16.4 - Cada concorrente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Responsável porventura julgar necessário.

16.5 - A participação neste processo implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu Projeto Básico-Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

16.6 - É facultado ao Responsável, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Projeto Básico-Anexo I.

16.7 - Os documentos da habilitação dos que forem excluídos do certame, ficarão em poder da AMPLANORTE

16.8 - Ao Presidente da Associação reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar o presente processo, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à representante, direito a indenização, seja a que título for.

16.9 – A AMPLANORTE poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta

16.10 - Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do processo, devendo o(s) convocado(s) apresentar (em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião;

16.11 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo presidente, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

16.12 – Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado do processo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catariana no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.amplanorte.org.br

16.13- Fica eleito o foro de Mafra - SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste processo.

Mafra/SC ,25 de janeiro de 2019.

ORILDO ANTONIO SEVERGININI
Presidente - AMPLANORTE

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – AMPLANORTE
Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC
CNPJ: 83.244.954/0001-77

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO DE AMPLA SELEÇÃO 001/2019

PROCESSO DE SELEÇÃO AMPLA para aquisição de combustível para os veículos da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense, sendo 2 Pálios, 1 S-10 e 1 Uno Mille.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	6.500	Litros	Gasolina Comum	3,968	R$ 25.792,00
2	1000	Litros	Etanol	2,800	R$2.800,00

VALOR TOTAL ANUAL : R$ 28.592,00 (VINTE E OITO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)

A) DESCRIÇÃO VEÍCULOS

S-10/CHEVROLET LT / ANO 2015 Placa: QIB2016

Pálio/FIAT FIRE WAY / ANO 2015 Placa: QIA2016

Pálio/FIAT FIRE WAY / ANO 2015 Placa: OKH2016

Uno Mille FIAT / ANO / ANO 2010 Placa: MGE3287

B) DA GARANTIA E REAJUSTE DO PREÇO:

O vencedor deverá garantir o preço até o cumprimento do contrato, não podendo ser reajustado sem aviso prévio ao contratante,(mínimo de 7 dias) mediante justificativa.

Caso houver reajuste, o valor terá como base o índice da ANP (tendo como base o preço de referência para o Município de Mafra-SC ou o preço de bomba do produto pelo fornecedor, sempre se baseando pelo menor valor “menor valor constante na Bomba ou Valor de Referência pela ANP em sendo menor que o valor da bomba), sendo vedada qualquer negativa de fornecimento sob a justificativa de recomposição do valor, sendo que na ocorrência de tal fato, será aplicada uma multa de 10% do valor total do contrato.

C) PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

O vencedor ficará obrigado a disponibilizar o objeto no item 1 e 2 do termo de referência, em sua sede que deverá ser localizado dentro dos municípios de Mafra/SC ou Rio Negro/PR, onde os veículos serão abastecidos diretamente nas bombas;

D) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado de acordo com a execução do serviço, sendo pagamento mensal até o 10ª dia do mês subsequente, através de depósito ou boleto bancário.

ORILDO SEVERGNINNI

Presidente

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente Processo **nº 001/2018** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2. Na proposta escrita, deverá conter:

a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;

b) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **30 dias**, contados da abertura das propostas virtuais;

c) Especificação e marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO I**, deste Edital e;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

3. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 01 deste edital.

(*) o Valor Unitário – R$ deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do representante.

4. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário, de acordo com o Anexo I do Edital.

PROPOSTA: R$ (Por extenso)

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege o presente processo.

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da sessão pública do processo.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO

ANEXO III

PROCESSO DE AMPLA SELEÇÃO Nº 001/2019

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) CNPJ/MF Nº _____, sediada (Endereço Completo) declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) CNPJ/MF Nº _____, sediada (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa representante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 003/2019

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLANORTE**, neste ato representado por seu Presidente Gilberto dos Passos, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, no município XXXXXXXXXXXXXX, denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de 003/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA DESCRIÇÃO

A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense vem por meio deste processo a aquisição através de edital de Ampla Seleção de combustível para os 4 (quatro) veículos da AMPLANORTE (2 pálios, 1 S-10 e 1 Uno Mille)

CLÁUSULA SEGUNDA- DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** pagará pelos itens adquiridos e descrito na cláusula segunda, o valor total de R$ xxxxxxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxxxx) o litro.

O pagamento ocorrerá em parcelas mensais até o 10ª dia subsequente.

O **CONTRATANTE** pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente ao **CONTRATADO**, vedado sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A objeto do presente Contrato deverá ser executado/entregue de acordo com as especificações e condições estabelecidas nos itens, devendo a contratada fazer o fornecimento continuo de combustíveis durante a vigência do contrato, promovendo o abastecimento nos Veículos da Associação e aos Servidores da Associação autorizados, ou mediante comunicação da Diretoria Executiva.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a contar da data da sua assinatura 01/02/2019 até o dia 31/12/2019, podendo ser prorrogado em aditivo de até 30 dias em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos conforme orçamento anual previsto na ata nº 08/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do **CONTRATADO**, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

I – Fazer cumprir a garantia exigida neste edital em relação aos bens adquiridos, conforme normas técnicas e prazos determinados neste Instrumento. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, o **CONTRATADO** ficará sujeito a multa estabelecida no Contrato.

II - Será de responsabilidade do **CONTRATADO**, correndo por sua exclusiva conta o adimplemento de todas as obrigações fiscais, sociais e previdenciários, oriundas do presente contrato, eximindo-se o **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade concernente ou qualquer indenização no âmbito da Justiça Comum ou da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

I - Dar condições para o **CONTRATADO** executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos.

II - Notificar por escrito o **CONTRATADO**, a ocorrência de eventuais defeitos nos itens adquiridos através do presente contrato, fixando prazo para a sua correção, com total ônus ao **CONTRATADO**.

III - Receber e conferir o objeto do contrato, consoante às disposições estabelecidas.

IV - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

O **CONTRATADO** é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidente de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

O **CONTRATADO**, como único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

No preço contratado estão incluídos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência do **CONTRATADO** com referência aos mesmos não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

O **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, dentro dos limites previstos.

Nos casos de rescisão, o **CONTRATADO** receberá o pagamento proporcional aos bens entregues ao **CONTRATANTE** até a data da

rescisão.

Ocorrendo a rescisão, o **CONTRATANTE** poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado o **CONTRATANTE**, garantida a prévia e ampla defesa poderá aplicar ao **CONTRATADO** segunda a extensão da falta ensejada as seguintes sanções.

a) Advertência, por escrito.

b) Multa.

I - Será aplicado multa de 0,33 % (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega dos bens adquiridos, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, limitada a 9,99 % (nove vírgula noventa e nove por cento), quando esgotados os trinta dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no item II desta cláusula (abaixo descrito), sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

II - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando quando houver reiterado descumprimento das obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50 % (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecidos no item I desta cláusula.

III - O valor correspondente a qualquer multa aplicada ao

CONTRATADO, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da AMPLANORTE, ficando o **CONTRATADO** obrigado a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

IV - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

V - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, o **CONTRATADO** responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

VI - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá o **CONTRATADO** de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto ao **CONTRATANTE**, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, por extrato, no DOM e no site da AMPLANORTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de MAFRA, SC, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente, para toda e qualquer iniciativa judicial oriunda do presente contrato.

E assim, por estarem as partes justas e devidamente contratadas na forma acima, assinam o presente instrumento, em cinco vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

MAFRA, xxxxxxxxxxxxxxxx, de 2019.

_____

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE
CONTRATANTE

_____

xxxxxxxxxxxxxx
CNPJ xxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADO

_____

ASSESSORIA JURÍDICA
LUIS GLINSKI
OAB/SC 27299/SC

Testemunhas:

_____ _____

Testemunha 1 Testemunha 2